

Agentes Sociais Comunitários: Prenúncio do período popular da história



PROF. DR. HUMBERTO DE ARAÚJO RANGEL

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISAS ESPECIAIS PARA A SOCIEDADE
DE
IPES

Durante largo tempo da história a sociedade humana foi governada de forma monárquica. Organizada em pequenos grupos ou em grandes impérios, a sociedade entregava o seu destino ao poder de decisão a um único homem - o monarca – aceito, seja como o líder de um grupo ou o imperador de vários povos e vastas regiões. O monarca assumia o posto como um direito natural e divino e era confundido, muitas vezes, com a própria divindade. Esse sistema, com algumas variantes, vigorou por toda a antigüidade clássica, atravessou a idade média e chegou aos nossos dias.

Não é necessário um grande esforço para reconhecer este modelo na história recente. Seja nas grandes ditaduras ou no sistema republicano representativo é possível reconhecer estruturas onde há sempre um monarca: o general e seus soldados, o político e seus seguidores, o místico e seus acólitos, o catedrático e seus assistentes. Este modelo, de poder fortemente hierarquizado, incentiva a luta competitiva e desestimula a solidariedade.

Esse modelo vem sendo questionado porque ele privilegia poucos e discrimina a grande maioria. Sucessivas rebeliões dos discriminados, exigindo ampliação dos direitos e



maior equidade, tem amenizado o sistema. Hoje, por exemplo, a escravatura explícita está abolida e os direitos sociais dos trabalhadores não é mais um caso de polícia como na década de vinte do século passado. Contudo, sabemos que esses direitos ainda não são tacitamente reconhecidos pelas elites governantes e só são obtidos apenas quando há uma forte pressão do excluídos.

A alternância no poder, através do voto universal, é seguramente uma grande conquista da sociedade. Mas não se pode negar que, mesmo nesse regime, com um alto grau de democracia, a discriminação não esteja presente. A distribuição de cargos visa antes de tudo a ampliar as bases de governabilidade do partido para sua manutenção no poder. Programas de outros partidos, por mais eficientes que tenham sido no atendimento das necessidades sociais, via de regra são desmontados, desativados, para dar lugar a novas propostas do partido no poder.

A evolução dos conhecimentos nos dois últimos séculos vem estimulando a democratização e propiciando uma mudança radical nas relações entre governantes e governados. Bernard Shaw, perguntado sobre se tinha havido uma mudança da religiosidade do povo nos primeiros decênios do século XX, respondeu de forma categórica: “Absolutamente não. Apenas o povo transferiu a crença no padre da paróquia para a crença no serviço médico britânico” sintetizou ele.

Esta frase caracteriza a enorme e profunda mudança no comportamento dos governados. Os avanços da ciência e da tecnologia foram incorporados ao cotidiano. Eles sabem que a vacina evita a doença, que o antibiótico cura e que se pode ter uma vida mais longa e feliz aqui e agora. Eles não precisam ouvir o relato de terceiros sobre o 11 de setembro, a guerra do Iraque ou a atuação dos políticos: a televisão traz as imagens diretamente para o seu barraco. Eles sabem, eles pleiteiam, querem, exigem, eles atuam politicamente, orga-





nizando-se em grupos que buscam preencher os vazios do poder público.

O século XX assistiu, a par das duas hecatombes provocadas pelo choque de interesses de sistemas monárquicos, os maiores movimentos de organização popular da história. As organizações não governamentais representam hoje uma força econômica política considerável, atuando em áreas onde os governos não tem interesse ou não conseguem chegar. Isoladamente ou em parceria com os governos, essas ONGs movimentam a opinião pública, lutam por causas consideradas impossíveis ou desesperadas, são transnacionais como os Médicos Sem Fronteiras, a Anistia Internacional, o Fórum Social Mundial, e conseguem o que parecia impensável: salvar vidas de doentes desvalidos em regiões longínquas, obter a revogação de condenações iníquas e mostrar que um outro mundo é possível.

Este amplo movimento trouxe à luz o importante papel do voluntário, do homem comum que atua na sua comunidade como o agente social que utiliza a solidariedade como o instrumento básico de sua ação. O Agente Social Comunitário transmite conhecimentos, estimula ações para melhoria da qualidade de vida e afirmação dos direitos de cidadania. A sociedade está abandonando a arena da luta pelo poder, da conquista e do domínio sobre os demais e ingressando no campo da solidariedade e da cooperação, reconhecendo a unidade da vida na grande variedade dos seres vivos e seu ambiente.

Considero que este amplo e profundo movimento das organizações da sociedade civil é um prenúncio da fase popular da história, prevista pelo geógrafo Milton Santos, onde se espera que cada ser humano seja valorizado pela sua própria condição humana, independentemente de suas características pessoais de etnia, de crenças, ou de valor econômico para um determinado sistema de governo.



Obviamente a Universidade tem um papel importante nesse esforço para construção de um mundo melhor, atuando como um espaço apropriado para a reflexão permanente e desenvolvimento de pesquisas para gerar novos conhecimentos sobre os diferentes assuntos que interessam a própria sociedade.

O IPES, Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade, uma organização não governamental que desenvolve projetos em parceria com a UNICAMP para construção de uma COMUNIDADE SAUDÁVEL tem o prazer de dar as boas vindas aos presentes. Esperamos que este momento seja o início de uma interação solidária envolvendo universidade, poder público e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos que melhorem a condição de vida da comunidade.